



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Aberto)

EMISSION
23/01/2018

PAGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE		276.026.417,08	58.053.384,08	PASSIVO CIRCULANTE		183.752.491,13	23.050.325,07
Caixa e Equivalentes de Caixa	02.006	208.664.500,92	7.842.885,61	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		5.775.041,45	2.085.568,66
Créditos a Curto Prazo		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		65.944.454,56	48.705.684,43	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	02.004	3.414.285,20	20.299.239,88
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Estoques		1.417.461,60	1.504.814,04	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-	Provisões a Curto Prazo		-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	02.006	174.563.164,48	665.516,53
ATIVO NÃO CIRCULANTE		180.216.218,58	185.301.058,49	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		75.910.000.000,0	84.493.576.734,8
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-	-
Estoques		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Investimentos		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Participações Permanentes		-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Provisões a Longo Prazo	02.005	75.910.000.000,0	84.493.576.734,8
Propriedades para Investimento		-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	Resultado Diferido		-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		76.093.752.491,1	84.516.627.059,9
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-				
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS		-	-				
Demais Investimentos Permanentes		-	-				
Demais Investimentos Permanentes		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-				
Imobilizado	02.002	179.976.250,91	184.654.243,24				
Bens Móveis		77.055.319,82	85.477.123,34				
Bens Móveis		138.395.926,52	134.145.488,47				
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-61.340.606,70	-48.668.365,13				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-				
Bens Imóveis		102.920.931,09	99.177.119,90				
Bens Imóveis		111.490.942,15	101.180.116,40				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-8.570.011,06	-2.002.996,50				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-				
Intangível	02.003	239.967,67	646.815,25				
Softwares		239.967,67	646.815,25				
Softwares		11.780.726,55	11.601.175,55				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-11.540.758,88	-10.954.360,30				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-				



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMIÇÃO 23/01/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

ATIVO				PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2017	2016	-		
				ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-			
Direitos de Uso de Imóveis		-	-			
Direitos de Uso de Imóveis		-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-			
Diferido		-	-			
TOTAL DO ATIVO		456.242.635,66	243.354.442,57	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	456.242.635,66	243.354.442,57

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	208.664.500,92	7.842.885,61	PASSIVO FINANCEIRO	314.047.318,12	111.242.503,02
ATIVO PERMANENTE	247.578.134,74	235.511.556,96	PASSIVO PERMANENTE	75.915.229.685,00	84.496.553.219,42
SALDO PATRIMONIAL	75.773.034.367,46	84.364.441.279,87			

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	12.639.406,26	11.553.051,77	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		576.970.305,99	414.191.242,51
Execução dos Atos Potenciais Ativos	12.639.406,26	11.553.051,77	Execução dos Atos Potenciais Passivos		576.970.305,99	414.191.242,51
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	12.639.406,26	11.344.101,77	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut		-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	208.950,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congê		3.137.573,73	2.801.893,17
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	02.001	573.832.732,26	411.389.349,34
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-	-
TOTAL	12.639.406,26	11.553.051,77	TOTAL		576.970.305,99	414.191.242,51

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-45.491.778,89
Recursos Vinculados	-59.891.038,31
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-1.641,88
Operação de Crédito	-59.098.610,16
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-21.628,56
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-769.157,71
TOTAL	-105.382.817,20



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO 2017	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMISSAO 23/01/2018	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTAS EXPLICATIVAS

02.001 - Obrigações Contratuais - Nota 02.1 *ℳ* Obrigações Contratuais

Em 31/12/2017, a Advocacia-Geral da União possuía um saldo de R\$ 573 milhões relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas no (s) próximo (s) exercício (s).

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 01.1 *ℳ* Obrigações Contratuais *ℳ* Composição.

R\$

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)	
Aluguéis	347.311.595,81		211.027.096,17	64,58
Serviços	226.205.863,92		200.012.543,57	13,09
Fornecimento de Bens	315.272,53		349.709,60	-9,85
Total	573.832.732,26		411.389.349,34	39,49

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

As obrigações contratuais relacionadas a aluguéis representam a maioria do total das obrigações assumidas pela Advocacia-Geral da União ao final de 31/12/2017.

Na tabela 01.2, foi elencado as unidades gestoras com valores mais expressivos na data base de 31/12/2017.

Tabela 01.2 *ℳ* Obrigações Contratuais *ℳ* Por Unidade Gestora Contratante.

R\$

	31/12/2017	AV (%)	
110099 <i>ℳ</i> SAD/SP	208.058.465,18	36,28	
110161 <i>ℳ</i> SAD/DF	183.355.934,78	31,95	
110096 <i>ℳ</i> SAD/PE	89.069.932,19	15,52	
110102 <i>ℳ</i> SAD/RJ	61.152.668,88	10,66	
110097 <i>ℳ</i> SAD/RS	27.864.565,33	4,85	

Demais	4.331.165,90	0,74	
Total	573.832.732,26	100,00	

Fonte: SIAFI, 2017.

As unidades gestoras 110099, 110161 e 110096 são responsáveis por 83,75% do total contratado.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 07 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2017.

Tabela 01.3 *ℳ* Obrigações Contratuais *ℳ* Por Contratado.

R\$

	31/12/2017	AV (%)	
10427246000106 <i>ℳ</i> FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	160.877.607,62	28,04	
38044723000165 <i>ℳ</i> MULTI CONSTRUTORA E INCORPORADORA	44.446.961,00	7,75	
40432544000147 <i>ℳ</i> CLARO S.A	31.188.599,21	5,44	
11777162000157 <i>ℳ</i> BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A	23.768.195,89	4,14	
34028316000707 <i>ℳ</i> EMPRESA BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS	19.376.596,97	3,38	
19340324000105 <i>ℳ</i> LE MONDE NEGOCIOS IMOBILIARIOS	15.889.418,29	2,77	
35613306000106 <i>ℳ</i> INCORPORADORA ULISSES PORTO	14.439.156,65	2,52	
Demais	263.846.196,63	45,96	
Total	573.832.732,26	100,00	

Fonte: SIAFI, 2017.

Em relação aos contratados FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, MULTI CONSTRUTORA E INCORPORADORA, CLARO S.A e BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A nos quais representam um percentual de 45,37% total contratado, foi relacionado no quadro a seguir com informações qualitativas destes contratos.

Quadro 01.1 *ℳ* Contratados *ℳ* Principais Transações.

Contratado	Contrato	Objeto	Valor Contratado	Vigência Fim	
10427246000106 <i>ℳ</i> FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	0009/2015	LOCAÇÃO NA MODALIDADE DE LOCAÇÃO SOB MEDIDA, TEM COMO OBJETO A LOCAÇÃO DOS ANDARES SÉTIMO, OITAVO, NONO E DÉCIMO. CINQUENTA E UM INTEIROS E NOVE DÉCIMOS POR CENTO, DA ÁREA ÚTIL DO SEGUNDO ANDAR, E QUARENTA E NOVE INTEIROS E CINCO DÉCIMOS POR CENTO, DA ÁREA ÚTIL DO TERCEIRO ANDAR.	7.405.676,84	22/07/25	
38044723000165 <i>ℳ</i> MULTI CONSTRUTORA E INCORPORADORA	0055/2010	LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NO SETOR DE AUTARQUIAS SUL, SAS, BRASÍLIA/DF.	19.200.000,00	16/11/18	
40432544000147 <i>ℳ</i> CLARO S.A	0024/2014, 0041/2013, 0045/2014, 0046/2012, 0073/2011, 0088/2014	SERV. DE TELECOMUNICAÇÕES <i>ℳ</i> FIXA E MÓVEL.	24.359.866,48	06	CONTRATOS COM VIGÊNCIAS FINAIS EM 2017, 2018 E 2019.
11777162000157 <i>ℳ</i> BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A	0079/2014	SERVIÇOS TÊC.PRESENCIAIS E NÃO PRESENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DE SISTEMAS E SÍTIOS, NO ÂMBITO DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO.	9.058.945,68	14/12/17	

Fontes: Sistema Conta *ℳ* Gestão de Contratos.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2017

Nota 02.1 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2017, a Advocacia-Geral da União possuía um saldo de R\$ 573 milhões relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas no (s) próximo (s) exercício (s).

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 01.1 – Obrigações Contratuais – Composição.

	31/12/2017	31/12/2016	R\$ AH (%)
Aluguéis	347.311.595,81	211.027.096,17	64,58
Serviços	226.205.863,92	200.012.543,57	13,09
Fornecimento de Bens	315.272,53	349.709,60	-9,85
Total	573.832.732,26	411.389.349,34	39,49

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

As obrigações contratuais relacionadas a aluguéis representam a maioria do total das obrigações assumidas pela Advocacia-Geral da União ao final de 31/12/2017.

Na tabela 01.2, foi elencado as unidades gestoras com valores mais expressivos na data base de 31/12/2017.

Tabela 01.2 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante.

	31/12/2017	R\$ AV (%)
110099 – SAD/SP	208.058.465,18	36,28
110161 – SAD/DF	183.355.934,78	31,95
110096 – SAD/PE	89.069.932,19	15,52
110102 – SAD/RJ	61.152.668,88	10,66
110097 – SAD/RS	27.864.565,33	4,85
Demais	4.331.165,90	0,74
Total	573.832.732,26	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

As unidades gestoras 110099, 110161 e 110096 são responsáveis por 83,75% do total contratado.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 07 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2017.

Tabela 01.3 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

	31/12/2017	R\$ AV (%)
10427246000106 – FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	160.877.607,62	28,04
38044723000165 – MULTI CONSTRUTORA E INCORPORADORA	44.446.961,00	7,75
40432544000147 – CLARO S.A	31.188.599,21	5,44
11777162000157 – BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A	23.768.195,89	4,14
34028316000707 – EMPRESA BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS	19.376.596,97	3,38
19340324000105 – LE MONDE NEGOCIOS IMOBILIARIOS	15.889.418,29	2,77
35613306000106 – INCORPORADORA ULISSES PORTO	14.439.156,65	2,52
Demais	263.846.196,63	45,96
Total	573.832.732,26	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

Em relação aos contratados FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, MULTI CONSTRUTORA E INCORPORADORA, CLARO S.A e BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A nos quais representam um

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2017

percentual de 45,37% total contratado, foi relacionado no quadro a seguir com informações qualitativas destes contratos.

Quadro 01.1 – Contratados – Principais Transações.

Contratado	Contrato	Objeto	Valor Contratado	Vigência Fim
10427246000106 – FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	0009/2015	LOCAÇÃO NA MODALIDADE DE LOCAÇÃO SOB MEDIDA, TEM COMO OBJETO A LOCAÇÃO DOS ANDARES SÉTIMO, OITAVO, NONO E DÉCIMO. CINQUENTA E UM INTEIROS E NOVE DÉCIMOS POR CENTO, DA ÁREA ÚTIL DO SEGUNDO ANDAR, E QUARENTA E NOVE INTEIROS E CINCO DÉCIMOS POR CENTO, DA ÁREA ÚTIL DO TERCEIRO ANDAR.	7.405.676,84	22/07/25
38044723000165 – MULTI CONSTRUTORA E INCORPORADORA	0055/2010	LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NO SETOR DE AUTARQUIAS SUL, SAS, BRASÍLIA/DF.	19.200.000,00	16/11/18
40432544000147 – CLARO S.A	0024/2014, 0041/2013, 0045/2014, 0046/2012, 0073/2011, 0088/2014	SERV. DE TELECOMUNICAÇÕES – FIXA E MÓVEL.	24.359.866,48	06 CONTRATOS COM VIGÊNCIA S FINAIS EM 2017, 2018 E 2019.
11777162000157 – BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A	0079/2014	SERVIÇOS TÊC.PRESENCIAIS E NÃO PRESENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DE SISTEMAS E SÍTIOS, NO ÂMBITO DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO.	9.058.945,68	14/12/17

Fontes: Sistema Conta – Gestão de Contratos.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO 2017	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMISSAO 23/01/2018	PAGINA 4
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTAS EXPLICATIVAS

02.002 - Imobilizado - Nota 02.2 *Imobilizado*

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2017, o Órgão 63000 - Advocacia Geral da União apresentou um saldo de R\$ 179.976.250,91 (cento e setenta e nova milhões, novecentos e setenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais e noventa e um centavos), relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2016 e 2017.

Tabela 01.1 *Imobilizado e Composição.*

Em R\$

	31/12/2016	31/12/2017	AH%
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	134.145.488,47	138.395.926,52	3,17
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	48.668.365,13	61.340.606,70	26,04
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	101.180.116,40	111.490.942,15	10,19
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	2.002.996,50	8.570.011,06	327,86
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			
Total	184.654.243,24	179.976.250,91	-2,53

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 63000 - Advocacia Geral da União em 31/12/2017 totalizavam R\$ 138.395.926,52 (cento e trinta e oito milhões, trezentos e noventa e cinco mil, novecentos e vinte seis reais e cinquenta e dois centavos), e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 01.2 *Bens Móveis - Composição*

Em R\$

	31/12/2016	31/12/2017	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	14.268.859,11	13.631.803,92	-4,46
Bens de Informática	70.753.459,70	73.454.020,61	3,82
Móveis e Utensílios	35.261.629,23	37.957.258,72	7,64
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	7.667.808,53	7.618.329,26	-0,65
Veículos	4.600.393,91	4.134.585,59	-10,13
Peças e Conjuntos de Reposição			
Bens Móveis em Andamento			
Bens Móveis em Almoxarifado			
Armamentos			
Semoventes e Equipamentos de Montaria			
Demais Bens Móveis	1.593.337,99	1.599.928,42	0,41
Depreciação / Amortização Acumulada	-48.668.365,13	-61.340.606,70	26,04
Redução ao Valor Recuperável			
Total	85.477.123,34	77.055.319,82	-9,85

Fonte: SIAFI2016 e SIAFI2017.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 53% refere-se a Bens de Informática, o qual é composto por Microcomputadores e outros equipamentos de processamento de dados.

A variação -10,13% ocorrida em Veículos, explica-se pela doação de veículos classificados como antieconômicos que eram utilizados pelo órgão.

1.1.1 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/12/2017 totalizavam R\$ 111.490.942,15 (cento e onze milhões, quatrocentos e noventa mil e novecentos e quarenta e dois reais e quinze centavos), e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 01.3 *Bens Imóveis e Composição*

Em R\$

	31/12/2016	31/12/2017	AH(%)
Bens de Uso Especial	101.165.117,15	111.475.942,90	10,19
Bens de Uso Comum do Povo			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO 2017	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMISSAO 23/01/2018	PAGINA 5
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTAS EXPLICATIVAS

Bens Dominicais			
Bens Imóveis em Andamento	14.999,25	14.999,25	0,00
Instalações			
Demais Bens Imóveis			
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros			
Redução ao Valor Recuperável			
Depreciação / Amortização Acumulada			
Total	101.180.116,40	111.490.942,15	10,19

Fonte: SIAFI2016 e SIAFI2017.

De acordo com a tabela anterior, os Bens de Uso Especial correspondem a 99,98% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão 63000 - Advocacia Geral da União, perfazendo o montante de R\$ 111.475.942,90 (cento e onze milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, novecentos e quarenta e dois reais e noventa centavos), em 31/12/2017 a valores brutos.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do Órgão são constituídos de Edifícios e Salas os quais representam 85,60% dos Bens de Uso Especial.

Tabela 01.4 - Bens de Uso Especial - Composição
Em R\$

	31/12/2016	31/12/2017	AH(%)	
Fazendas, Parques e Reservas				
Terrenos, Glebas	9.426.974,12	8.387.620,32	-11,03	
Armazens e Galpões	1.495.820,66	1.495.820,66	0,00	
Salas	10.935.191,58	11.146.017,39	1,93	
Edifícios	74.240.173,09	84.278.366,11	13,52	
Complexos, Fábricas e Usinas		1.039.193,94	1.039.193,94	0,00
Imóveis Residenciais e Comerciais		4.027.763,76	5.128.924,48	27,34
Outros Bens Imóveis de Uso Especial				
Total	101.165.117,15	111.475.942,90		10,19
Fonte: SIAFI2016 e SIAFI2017.				

Fonte: SIAFI2016 e SIAFI2017.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

A Advocacia Geral da União avaliou se houve qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo em 12/2017. O qual não foi identificado qualquer indicação de indicio para aplicação de Redução ao valor recuperável dos ativos imóveis.

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

(a.3) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO 2017	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMISSAO 23/01/2018	PAGINA 6
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTAS EXPLICATIVAS

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Ressaltamos que os lançamentos de depreciação são realizados pela Coordenação Geral de Contabilidade (STN), em conformidade com as planilhas fornecidas pela SPU conforme descritos nas respectivas Notas de Lançamento.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2017

Nota 02.2 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2017, o Órgão **63000 - Advocacia Geral da União** apresentou um saldo de R\$ 179.976.250,91 (cento e setenta e nove milhões, novecentos e setenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais e noventa e um centavos), relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2016 e 2017.

Tabela 01.1 – Imobilizado – Composição.

	Em R\$		
	31/12/2016	31/12/2017	AH%
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	134.145.488,47	138.395.926,52	3,17
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	48.668.365,13	61.340.606,70	26,04
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	101.180.116,40	111.490.942,15	10,19
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	2.002.996,50	8.570.011,06	327,86
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			
Total	184.654.243,24	179.976.250,91	-2,53

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão **63000 - Advocacia Geral da União** em 31/12/2017 totalizavam R\$ 138.395.926,52 (cento e trinta e oito milhões, trezentos e noventa e cinco mil, novecentos e vinte seis reais e cinquenta e dois centavos), e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 01.2 – Bens Móveis - Composição

	Em R\$		
	31/12/2016	31/12/2017	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	14.268.859,11	13.631.803,92	-4,46
Bens de Informática	70.753.459,70	73.454.020,61	3,82
Móveis e Utensílios	35.261.629,23	37.957.258,72	7,64
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	7.667.808,53	7.618.329,26	-0,65
Veículos	4.600.393,91	4.134.585,59	-10,13
Peças e Conjuntos de Reposição			
Bens Móveis em Andamento			
Bens Móveis em Almoxarifado			
Armamentos			
Semoventes e Equipamentos de Montaria			
Demais Bens Móveis	1.593.337,99	1.599.928,42	0,41
Depreciação / Amortização Acumulada	-48.668.365,13	-61.340.606,70	26,04

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2017

Redução ao Valor Recuperável

Total	85.477.123,34	77.055.319,82	-9,85
--------------	----------------------	----------------------	--------------

Fonte: SIAFI2016 e SIAFI2017.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 53% refere-se a Bens de Informática, o qual é composto por Microcomputadores e outros equipamentos de processamento de dados.

A variação -10,13% ocorrida em Veículos, explica-se pela doação de veículos classificados como antieconômicos que eram utilizados pelo órgão.

1.1.1 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/12/2017 totalizavam R\$ 111.490.942,15 (cento e onze milhões, quatrocentos e noventa mil e novecentos e quarenta e dois reais e quinze centavos), e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 01.3 – Bens Imóveis – Composição

	Em R\$		
	31/12/2016	31/12/2017	AH(%)
Bens de Uso Especial	101.165.117,15	111.475.942,90	10,19
Bens de Uso Comum do Povo			
Bens Dominicais			
Bens Imóveis em Andamento	14.999,25	14.999,25	0,00
Instalações			
Demais Bens Imóveis			
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros			
Redução ao Valor Recuperável			
Depreciação / Amortização Acumulada			
Total	101.180.116,40	111.490.942,15	10,19

Fonte: SIAFI2016 e SIAFI2017.

De acordo com a tabela anterior, os Bens de Uso Especial correspondem a 99,98% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão **63000 - Advocacia Geral da União**, perfazendo o montante de R\$ 111.475.942,90 (cento e onze milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, novecentos e quarenta e dois reais e noventa centavos), em 31/12/2017 a valores brutos.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do Órgão são constituídos de Edifícios e Salas os quais representam 85,60% dos Bens de Uso Especial.

Tabela 01.4 – Bens de Uso Especial – Composição

	Em R\$		
	31/12/2016	31/12/2017	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas			
Terrenos, Glebas	9.426.974,12	8.387.620,32	-11,03
Armazens e Galpões	1.495.820,66	1.495.820,66	0,00
Salas	10.935.191,58	11.146.017,39	1,93
Edifícios	74.240.173,09	84.278.366,11	13,52
Complexos, Fábricas e Usinas	1.039.193,94	1.039.193,94	0,00
Imóveis Residenciais e Comerciais	4.027.763,76	5.128.924,48	27,34
Outros Bens Imóveis de Uso Especial			
Total	101.165.117,15	111.475.942,90	10,19

Fonte: SIAFI2016 e SIAFI2017.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2017

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Advocacia Geral da União avaliou se houve qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo em 12/2017. O qual não foi identificado qualquer indicação de indicio para aplicação de Redução ao valor recuperável dos ativos imóveis.

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

(a.3) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2017

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Ressaltamos que os lançamentos de depreciação são realizados pela Coordenação Geral de Contabilidade (STN), em conformidade com as planilhas fornecidas pela SPU conforme descritos nas respectivas Notas de Lançamento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO 2017	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMISSAO 23/01/2018	PAGINA 7
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTAS EXPLICATIVAS

02.003 - Intangível - Nota 02.3 *Intangível*

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

A Secretaria do Tesouro Nacional-STN, como órgão central do Sistema de Contabilidade Federal é responsável, dentre outras competências, pela padronização dos registros contábeis, no âmbito da União.

Desta forma, editou a macrofunção SIAFI 020330 *Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações*, a fim de orientar quanto aos procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão, a serem aplicados a partir do exercício de 2010.

Na Advocacia-Geral da União-AGU, os ativos intangíveis, com vida útil definida e indefinida, são compostos na totalidade por softwares e desde 2010 vem sendo reconhecidos como tal, demonstrados em conta contábil específica *Softwares*, do Subgrupo Intangível.

Com a perspectiva de implantação, a partir de 1 de janeiro de 2015, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público da União PCASP-União, cujo objetivo, dentre outros, é melhorar a qualidade da informação contábil, com enfoque patrimonial, a fim de adequar as operações do setor público às legislações vigentes, salientando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público-NBCASP e as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público-NICSP. A AGU, no exercício de 2014, deu início a apuração da amortização acumulada dos bens intangíveis.

Para o cálculo do valor amortizável foi aplicado o método das quotas constantes e definiu-se o valor residual do ativo intangível com vida útil definida igual a zero, conforme orientado na referida macrofunção SIAFI. Estabeleceu-se ainda que o prazo da vida útil do bem intangível corresponde ao prazo da licença de uso, conforme contrato.

Computou-se a amortização acumulada referente ao período de 2010 a 2014, observando-se as datas de aquisição, dos bens intangíveis e procedeu-se o registro no SIAFI ainda em 2014.

A partir do exercício de 2015, o sistema de controle patrimonial da AGU passou a calcular o valor da amortização mensal e este é registrado no SIAFI.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados na AGU, por se tratarem de softwares com licença de uso perpétuo.

Em 31/03/2017, o Órgão 63000 *Advocacia-Geral da União* apresentou um saldo de R\$ 365 mil relacionados a intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2016 e até março de 2017.

Tabela 1.1 *Intangível Composição*.

R\$ milhares	31/12/2016	31/12/2017	AH(%)	
Software com Vida Útil Definida	11.534.175,55	11.713.726,55	1,56	
Software com Vida Útil Indefinida	67.000,00	67.000,00	0,00	
Amortização Acumulada	(10.954.360,30)	(11.540.758,88)		5,35
Total	646.815,25	239.967,67	(62,90)	

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

No exercício de 2017 pode-se verificar que não ocorreram aquisições significativas de softwares, um incremento de apenas 1,56% aos bens intangíveis com vida útil definida.

No intangível, o montante amortizado de 11,5 milhões corresponde a 98,52% dos bens intangíveis com vida útil definida, de modo a concluir que os bens adquiridos em exercícios anteriores foram totalmente amortizados.

No intangível com vida útil definida, destaca-se o Software Gerenciador de Banco de Dados Oracle, que é utilizado para armazenamento de diversos tipos de informações em toda a Advocacia-Geral da União, no valor de R\$ 8.990.128,00, que representa 76,75% do grupo. O valor já foi totalmente amortizado.

Na AGU, somente a Unidade Gestora 110161/00001 - Superintendência de Administração no Distrito Federal-SAD/DF possui bens intangíveis.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2017

Nota 02.3 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

A Secretaria do Tesouro Nacional-STN, como órgão central do Sistema de Contabilidade Federal é responsável, dentre outras competências, pela padronização dos registros contábeis, no âmbito da União.

Desta forma, editou a macrofunção SIAFI 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, a fim de orientar quanto aos procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão, a serem aplicados a partir do exercício de 2010.

Na Advocacia-Geral da União-AGU, os ativos intangíveis, com vida útil definida e indefinida, são compostos na totalidade por softwares e desde 2010 vem sendo reconhecidos como tal, demonstrados em conta contábil específica – Softwares, do Subgrupo Intangível.

Com a perspectiva de implantação, a partir de 1 de janeiro de 2015, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público da União PCASP-União, cujo objetivo, dentre outros, é melhorar a qualidade da informação contábil, com enfoque patrimonial, a fim de adequar as operações do setor público às legislações vigentes, salientando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público-NBCASP e as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público-NICSP. A AGU, no exercício de 2014, deu início a apuração da amortização acumulada dos bens intangíveis.

Para o cálculo do valor amortizável foi aplicado o método das quotas constantes e definiu-se o valor residual do ativo intangível com vida útil definida igual a zero, conforme orientado na referida macrofunção SIAFI. Estabeleceu-se ainda que o prazo da vida útil do bem intangível corresponde ao prazo da licença de uso, conforme contrato.

Computou-se a amortização acumulada referente ao período de 2010 a 2014, observando-se as datas de aquisição, dos bens intangíveis e procedeu-se o registro no SIAFI ainda em 2014.

A partir do exercício de 2015, o sistema de controle patrimonial da AGU passou a calcular o valor da amortização mensal e este é registrado no SIAFI.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados na AGU, por se tratarem de softwares com licença de uso perpétuo.

Em 31/03/2017, o Órgão 63000 – Advocacia-Geral da União apresentou um saldo de R\$ 365 mil relacionados a intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2016 e até março de 2017.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2017

Tabela 1.1 – Intangível – Composição.

	R\$ milhares		
	31/12/2016	31/12/2017	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	11.534.175,55	11.713.726,55	1,56
Software com Vida Útil Indefinida	67.000,00	67.000,00	0,00
Amortização Acumulada	(10.954.360,30)	(11.540.758,88)	5,35
Total	646.815,25	239.967,67	(62,90)

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

No exercício de 2017 pode-se verificar que não ocorreram aquisições significativas de softwares, um incremento de apenas 1,56% aos bens intangíveis com vida útil definida.

No intangível, o montante amortizado de 11,5 milhões corresponde a 98,52% dos bens intangíveis com vida útil definida, de modo a concluir que os bens adquiridos em exercícios anteriores foram totalmente amortizados.

No intangível com vida útil definida, destaca-se o Software Gerenciador de Banco de Dados Oracle, que é utilizado para armazenamento de diversos tipos de informações em toda a Advocacia-Geral da União, no valor de R\$ 8.990.128,00, que representa 76,75% do grupo. O valor já foi totalmente amortizado.

Na AGU, somente a Unidade Gestora 110161/00001 - Superintendência de Administração no Distrito Federal-SAD/DF possui bens intangíveis.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO 2017	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMISSAO 23/01/2018	PAGINA 8
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTAS EXPLICATIVAS

02.004 - Fornecedores e Contas a Pagar - Nota 02.4 *é* Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2017, a Advocacia-Geral da União apresentou um saldo em aberto de R\$ 3,41 milhões relacionados a fornecedores e contas a pagar a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, com essas obrigações.

Tabela 01.1 *é* Fornecedores e Contas a Pagar *é* Composição.

R\$	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)	
Circulante				
Nacionais	3.414.285,20		18.124.397,34	-81,16
Estrangeiro	-	2.174.842,54	-100,00	
Total	3.414.285,20	20.299.239,88		-83,28

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Na análise horizontal das contas de Fornecedores e Contas a Pagar, destaca-se a relevante redução do montante das despesas pendentes de pagamento, na ordem de 83,28%, existente no encerramento do exercício de 2017, comparado ao apurado em 2016. Trata-se da permanente dedicação e esforço para equilibrar o orçamento autorizado com a previsão de despesas continuadas, bem como decorrem do alto desempenho para realizar o pagamento das despesas liquidadas o mais brevemente possível, o que foi possível devido a liberação de recursos financeiros nos prazos programados. Por conseguinte, garantiu-se, na mesma proporção, a redução de despesas inscritas em Restos a Pagar Processados. Na AGU, o aprimoramento da gestão orçamentária e financeira dos recursos objetiva também conduzir a níveis mínimos o reconhecimento de despesas de exercícios encerrados (DEA-Despesas de Exercícios Anteriores) no exercício vigente.

Os fornecedores e contas a pagar do curto prazo se refere aos fornecedores nacionais, representando 100,00% do total a ser pago.

Portanto, não houve valores a pagar a fornecedores estrangeiros no encerramento do exercício financeiro de 2017.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2017.

Tabela 01.2 *é* Fornecedores e Contas a Pagar *é* Unidade Gestora.

R\$	31/12/2017	AV (%)	
110096 <i>é</i> SAD/PE			2.137.982,60 62,62
110161 <i>é</i> SAD/DF	453.009,83	13,27	
110102 <i>é</i> SAD/RJ	320.347,59	9,38	
110099 <i>é</i> SAD/SP	251.276,61	7,36	
110097 <i>é</i> SAD/RS	244.538,65	7,16	
110156 <i>é</i> ESCOLA DA AGU	7.129,92	0,21	
Total	3.414.285,20	100,00	

Fonte: SIAFI, 2017.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 06 fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2017.

Tabela 01.3 *é* Fornecedores e Contas a Pagar *é* Por Fornecedor.

R\$	31/12/2017	AV (%)	
INCORPORADORA ULISSES PORTO LTDA	363.065,99	10,63	
CAPITAL BRASILEIRO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS	352.838,86	10,33	
MD ADMINISTRACAO DE IMOVEIS LTDA	230.479,07	6,75	
CANOPUS CONSTRUCOES LTDA	206.969,23	6,06	
CONSTRUTORA SUCESSO SA	162.514,85	4,76	
HARVEL PARTICIPACOES LTDA.	133.898,27	3,92	
Demais	1.964.518,93	57,54	
Total	3.414.285,20	100,00	

Fonte: SIAFI, 2017.

Os 06 fornecedores apresentados representam 42,76% do total a ser pago e estão apresentados a seguir, o resumo de suas principais transações:

Quadro 01.1 *é* Fornecedores *é* Principais Transações.

Fornecedor	Objeto	Valor	Data de Referência
INCORPORADORA ULISSES PORTO LTDA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ATENDER AS UNIDADES DA SAD, PRU E CJU EM PERNAMBUCO.	363.065,99	01 CONTRATO COM VIGÊNCIA ATÉ 30/12/20.
CAPITAL BRASILEIRO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS	LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO À INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA PROCURADORIA DA UNIÃO E PROCURADORIA FEDERAL NA BAHIA.	352.838,86	01 CONTRATO COM



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO 2017	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMISSAO 23/01/2018	PAGINA 9
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTAS EXPLICATIVAS

VIGÊNCIA ATÉ 18/03/19.
MD ADMINISTRACAO DE IMOVEIS LTDA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A UNIDADE DA PRF EM PERNAMBUCO. 230.479,07 01 CONTRATO COM VIGÊNCIA ATÉ 17/12/18.
CANOPUS CONSTRUÇOES LTDA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR A PU/MA, PF/MA E CJU/MA, LOCALIZADO NO LOTEAMENTO BOA VISTA, QUADRA 35, LOTE 1, RENASCENÇA II, SÃO LUIS/MA. 206.969,23 01 CONTRATO COM VIGÊNCIA ATÉ 28/02/19.
CONSTRUTORA SUCESSO SA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR AS UNIDADES DA AGU NO ESTADO DO PIAUÍ. 162.514,85 01 CONTRATO COM VIGÊNCIA ATÉ 13/08/22.
HARVEL PARTICIPACOES LTDA. LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A UNIDADE DA AGU EM SÃO PAULO. 133.898,27 01 CONTRATO COM VIGÊNCIA EXPIRADA EM 19/03/16.
Fonte: Sistema de Gestão de Contratos da AGU e CONTA.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2017

Nota 02.4 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2017, a Advocacia-Geral da União apresentou um saldo em aberto de R\$ 3,41 milhões relacionados a fornecedores e contas a pagar a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, com essas obrigações.

Tabela 01.1 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	31/12/2017	31/12/2016	R\$ AH (%)
Circulante			
Nacionais	3.414.285,20	18.124.397,34	-81,16
Estrangeiro	-	2.174.842,54	-100,00
Total	3.414.285,20	20.299.239,88	-83,28

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Na análise horizontal das contas de Fornecedores e Contas a Pagar, destaca-se a relevante redução do montante das despesas pendentes de pagamento, na ordem de 83,28%, existente no encerramento do exercício de 2017, comparado ao apurado em 2016. Trata-se da permanente dedicação e esforço para equilibrar o orçamento autorizado com a previsão de despesas continuadas, bem como decorrem do alto desempenho para realizar o pagamento das despesas liquidadas o mais brevemente possível, o que foi possível devido a liberação de recursos financeiros nos prazos programados. Por conseguinte, garantiu-se, na mesma proporção, a redução de despesas inscritas em Restos a Pagar Processados. Na AGU, o aprimoramento da gestão orçamentária e financeira dos recursos objetiva também conduzir a níveis mínimos o reconhecimento de despesas de exercícios encerrados (DEA-Despesas de Exercícios Anteriores) no exercício vigente.

Os fornecedores e contas a pagar do curto prazo se refere aos fornecedores nacionais, representando 100,00% do total a ser pago.

Portanto, não houve valores a pagar a fornecedores estrangeiros no encerramento do exercício financeiro de 2017.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2017.

Tabela 01.2 – Fornecedores e Contas a Pagar – Unidade Gestora.

	31/12/2017	R\$ AV (%)
110096 – SAD/PE	2.137.982,60	62,62
110161 – SAD/DF	453.009,83	13,27
110102 – SAD/RJ	320.347,59	9,38
110099 – SAD/SP	251.276,61	7,36
110097 – SAD/RS	244.538,65	7,16
110156 – ESCOLA DA AGU	7.129,92	0,21
Total	3.414.285,20	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 06 fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2017.

Tabela 01.3 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

	31/12/2017	R\$ AV (%)
INCORPORADORA ULISSES PORTO LTDA	363.065,99	10,63
CAPITAL BRASILEIRO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS	352.838,86	10,33

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2017

MD ADMINISTRACAO DE IMOVEIS LTDA	230.479,07	6,75
CANOPUS CONSTRUcoes LTDA	206.969,23	6,06
CONSTRUTORA SUCESSO SA	162.514,85	4,76
HARVEL PARTICIPACOES LTDA.	133.898,27	3,92
Demais	1.964.518,93	57,54
Total	3.414.285,20	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

Os 06 fornecedores apresentados representam 42,76% do total a ser pago e estão apresentados a seguir, o resumo de suas principais transações:

Quadro 01.1 – Fornecedores – Principais Transações.

Fornecedor	Objeto	Valor	Data de Referência
INCORPORADORA ULISSES PORTO LTDA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ATENDER AS UNIDADES DA SAD, PRU E CJU EM PERNAMBUCO.	363.065,99	01 CONTRATO COM VIGÊNCIA ATÉ 30/12/20.
CAPITAL BRASILEIRO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS	LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO À INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA PROCURADORIA DA UNIÃO E PROCURADORIA FEDERAL NA BAHIA.	352.838,86	01 CONTRATO COM VIGÊNCIA ATÉ 18/03/19.
MD ADMINISTRACAO DE IMOVEIS LTDA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A UNIDADE DA PRF EM PERNAMBUCO.	230.479,07	01 CONTRATO COM VIGÊNCIA ATÉ 17/12/18.
CANOPUS CONSTRUcoes LTDA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR A PU/MA, PF/MA E CJU/MA, LOCALIZADO NO LOTEAMENTO BOA VISTA, QUADRA 35, LOTE 1, RENASCENÇA II, SÃO LUIS/MA.	206.969,23	01 CONTRATO COM VIGÊNCIA ATÉ 28/02/19.
CONSTRUTORA SUCESSO SA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR AS UNIDADES DA AGU NO ESTADO DO PIAUÍ.	162.514,85	01 CONTRATO COM VIGÊNCIA ATÉ 13/08/22.
HARVEL PARTICIPACOES LTDA.	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A UNIDADE DA AGU EM SÃO PAULO.	133.898,27	01 CONTRATO COM VIGÊNCIA EXPIRADA EM 19/03/16.

Fonte: Sistema de Gestão de Contratos da AGU – CONTA.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO 2017	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMISSAO 23/01/2018	PAGINA 10
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTAS EXPLICATIVAS

02.005 - Passivos Contingentes - Nota 02.5 *é* Passivos Contingentes

Um Passivo Contingente, de acordo com o MCASP 6ª Edição, existe quando em consequência de eventos passados possa haver uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção de:

- a) uma obrigação presente; ou
b) uma obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob controle da entidade.

A seguir, segue um quadro resumo, extraído do MCASP, de quando reconhecer ou apenas divulgar em notas explicativas as obrigações presentes e possíveis:

Quadro 01.1 *é* Provisão Passivo Contingente.

Obrigação	Probabilidade de Saída de Recursos			Possibilidade de Estimativa Confiável do Valor	O que deve ser Reconhecido ou Registrado	Forma de Evidenciação
Presente	Provável	Possível	Provisão	Balanço Patrimonial e Notas Explicativas		
Presente	Provável	Não possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas		
Presente	Não provável	Possível ou Não possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas		
Possível	Provável	Possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas		

Fonte: MCAPS, 6ª edição

No dia 10 de fevereiro de 2015 a AGU emitiu a Portaria nº40, decorrente de reuniões prévias entre AGU, STN e PGFN, que estabeleceu critérios e procedimentos a serem adotados pela AGU na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias ou fundações públicas, que possam representar riscos fiscais, considerando a necessidade de prestação de informações por parte da Advocacia-Geral da União - AGU para elaboração do Anexo de Riscos Fiscais previsto no §3º do art. 4º da LC nº 101/2000 e das demonstrações contábeis consolidadas da União, destinadas a compor a prestação de contas anual do Presidente da República.

Na Portaria define como será a classificação de risco de perda das ações em tramitação nos tribunais superiores ou já transitados em julgado quanto à probabilidade de perda: risco provável; risco possível; e risco remoto, bem como estimará qual o impacto financeiro.

Ainda, segundo a Portaria AGU Nº 40, a estimativa de impacto financeiro da ação judicial será aferida com base nos elementos constantes no processo e nas informações e documentos apresentados pelos órgãos e entidades envolvidas no processo judicial e poderá ser realizada com base nos dados e relatórios disponíveis nos sistemas informatizados da AGU quando houver elementos suficientes à adequada verificação do impacto financeiro. Os órgãos da AGU poderão solicitar o auxílio técnico do Departamento de Cálculos e Perícias da Procuradoria-Geral da União para a elaboração de laudo técnico com a estimativa de impacto financeiro, desde que indiquem os parâmetros a serem considerados.

Por determinação superior, foi criado uma Unidade Gestora no SIAFI, UG 110652 - RISCOS FISCAIS-PGU vinculado ao Órgão 63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, para o registro do passivo Risco Fiscal de Ações Judiciais da União com Probabilidade Provável de perda. Já os valores referentes a Risco Fiscal de Ações Judiciais da União com Probabilidade Possível ou Probabilidade Remota de perda, quando mensurados, constaram em notas Explicativas.

Com isso, no dia 30 de agosto de 2017, a Procuradoria-Geral da União, por meio da Nota Técnica Nº 03414/2017/PGU/AGU, mensurou os valores referente aos Riscos Fiscais de Ações Judiciais da União, seguindo os critérios da Portaria nº 40/2015 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme destacado a seguir:

Quadro 01.2 *é* Riscos Fiscais de Ações Judiciais da União *é* PGU

Risco Fiscal de Ações Judiciais	Probabilidade Provável (R\$)	Probabilidade Possível (R\$)	Total (R\$)
PGU	75.910.000.000,00	1.486.000.000,00	77.396.000.000,00

Foi registrado no SIAFI, do valor referente a Riscos Fiscais de Ações Judiciais com Probabilidade Provável, lançamentos os quais totalizaram os montantes de R\$ 75.910.000.000,00 (Probabilidade Provável) e R\$ 1.486.000.000,00 (Probabilidade Possível). Os Documentos Hábeis que geraram os registros de ajustes foram: 2017PA000001, 2017PA000002 e 2017PA000003 na UG 110652 - RISCOS FISCAIS-PGU.

Ressaltamos que o valor de PROBABILIDADE POSSÍVEL na ordem de R\$ 1.486.000.000,00, conforme quadro resumo, extraído do MCASP, por se tratar de Possibilidade de Saída de Recurso não Provável, consta seu valor nesta Nota Explicativa e em contas de controle.

Nota Explicativa

Nota 02.5 – Passivos Contingentes

Um Passivo Contingente, de acordo com o MCASP 6ª Edição, existe quando em consequência de eventos passados possa haver uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção de:

- a) uma obrigação presente; ou
- b) uma obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob controle da entidade.

A seguir, segue um quadro resumo, extraído do MCASP, de quando reconhecer ou apenas divulgar em notas explicativas as obrigações presentes e possíveis:

Quadro 01.1 – Provisão Passivo Contingente.

Obrigação	Probabilidade de Saída de Recursos	Possibilidade de Estimativa Confiável do Valor	O que deve ser Reconhecido ou Registrado	Forma de Evidenciação
Presente	Provável	Possível	Provisão	Balanco Patrimonial e Notas Explicativas
Presente	Provável	Não possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas
Presente	Não provável	Possível ou Não possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas
Possível	Provável	Possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas

Fonte: MCAPS, 6ª edição

No dia 10 de fevereiro de 2015 a AGU emitiu a Portaria nº40, decorrente de reuniões prévias entre AGU, STN e PGFN, que estabeleceu critérios e procedimentos a serem adotados pela AGU na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias ou fundações públicas, que possam representar riscos fiscais, considerando a necessidade de prestação de informações por parte da Advocacia-Geral da União - AGU para elaboração do Anexo de Riscos Fiscais previsto no §3º do art. 4º da LC nº 101/2000 e das demonstrações contábeis consolidadas da União, destinadas a compor a prestação de contas anual do Presidente da República.

Na Portaria define como será a classificação de risco de perda das ações em tramitação nos tribunais superiores ou já transitados em julgado quanto à probabilidade de perda: risco provável; risco possível; e risco remoto, bem como estimará qual o impacto financeiro.

Ainda, segundo a Portaria AGU Nº 40, a estimativa de impacto financeiro da ação judicial será aferida com base nos elementos constantes no processo e nas informações e documentos apresentados pelos órgãos e entidades envolvidas no processo judicial e poderá ser realizada com base nos dados e relatórios disponíveis nos sistemas informatizados da AGU quando houver elementos suficientes à adequada verificação do impacto financeiro. Os órgãos da AGU poderão solicitar o auxílio técnico do Departamento de Cálculos e Perícias da Procuradoria-Geral da União para a elaboração de laudo técnico com a estimativa de impacto financeiro, desde que indiquem os parâmetros a serem considerados.

Por determinação superior, foi criada uma Unidade Gestora no SIAFI, UG 110652 - RISCOS FISCAIS-PGU vinculado ao Órgão 63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, para o registro do passivo Risco Fiscal de Ações Judiciais da União com Probabilidade Provável de perda. Já os valores referentes a

Nota Explicativa

Risco Fiscal de Ações Judiciais da União com Probabilidade Possível ou Probabilidade Remota de perda, quando mensurados, constaram em notas Explicativas.

Com isso, no dia 30 de agosto de 2017, a Procuradoria-Geral da União, por meio da Nota Técnica Nº 03414/2017/PGU/AGU, mensurou os valores referente aos Riscos Fiscais de Ações Judiciais da União, seguindo os critérios da Portaria nº 40/2015 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme destacado a seguir:

Quadro 01.2 – Riscos Fiscais de Ações Judiciais da União – PGU

Risco Fiscal de Ações Judiciais	Probabilidade Provável (R\$)	Probabilidade Possível (R\$)	Total (R\$)
PGU	75.910.000.000,00	1.486.000.000,00	77.396.000.000,00

Foi registrado no SIAFI, do valor referente a Riscos Fiscais de Ações Judiciais com Probabilidade Provável, lançamentos os quais totalizaram os montantes de R\$ 75.910.000.000,00 (Probabilidade Provável) e R\$ 1.486.000.000,00 (Probabilidade Possível). Os Documentos Hábeis que geraram os registros de ajustes foram: 2017PA000001, 2017PA000002 e 2017PA000003 na UG 110652 - RISCOS FISCAIS-PGU.

Ressaltamos que o valor de PROBABILIDADE POSSÍVEL na ordem de **R\$ 1.486.000.000,00**, conforme quadro resumo, extraído do MCASP, por se tratar de Possibilidade de Saída de Recurso não Provável, consta seu valor nesta Nota Explicativa e em contas de controle.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS (COINF)

NOTA n. 03414/2017/PGU/AGU

NUP: 00405.017628/2017-48

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO GESTÃO - MPOG

ASSUNTOS: ORÇAMENTO

Senhora Procuradora-Geral da União,

Para fins de atendimento ao Ofício nº 59475/2017-MP (Seq. 1), que solicita informações desta Procuradoria-Geral da União para a atualização do Anexo de Riscos Fiscais previsto no §3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), apresento as seguintes considerações sobre a gestão de riscos fiscais decorrentes das ações judiciais objeto de atuação desta PGU.

Importante esclarecer, de início, que até o ano de 2014 a avaliação dos passivos contingentes da União tomava por base parâmetros internos desta Procuradoria-Geral da União. A partir de 2015, entretanto, passaram a ser considerados os parâmetros definidos na Portaria AGU Nº 40, de 10 de fevereiro de 2015, que estabeleceu critérios e procedimentos a serem adotados pela Advocacia-Geral da União na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias ou fundações públicas, que possam representar riscos fiscais.

O mencionado normativo prevê que sejam informadas as ações ou grupos de ações semelhantes com impacto financeiro estimado em, no mínimo, R\$ 1 bilhão (um bilhão de reais). Além disso, define critérios para classificação dos processos quanto à probabilidade de perda (risco provável, possível ou remoto), levando em consideração especialmente a fase processual das ações.

Importante registrar que a dinâmica inerente à dialética processual não permite apontar, com razoável margem de previsibilidade, o efetivo dispêndio de recursos públicos para os próximos anos. Deve-se considerar que as decisões desfavoráveis à União sempre contam com a possibilidade de reversão em instâncias superiores, especialmente por causa da variação dos entendimentos jurisprudenciais ao longo do tempo. Nesse sentido, a Advocacia-Geral da União - AGU realiza intenso trabalho para o fim de tentar reverter todas as decisões judiciais que lhe são desfavoráveis.

Ressalta-se ainda que após o trânsito em julgado é comum que a União venha a impugnar os valores dela cobrados na fase de execução dos processos, mediante verificação técnica e jurídica. Nestas impugnações são questionados, entre outros assuntos, a falta de atendimento pelos exequentes dos preceitos legais que determinam a necessidade de prévia liquidação antes da execução, os parâmetros de cálculos utilizados, os índices de expurgos a serem aplicados, a incidência ou não de juros, seus patamares e diversos outros aspectos que podem ocasionar considerável variação nos valores finais a serem pagos. Pela possibilidade de alegação de defeitos processuais, pode ocorrer até mesmo a extinção das obrigações indicadas como em fase de execução.

Por outro lado, em que pese ser possível traçar um panorama da situação atual dos processos, não há precisão em qualquer estimativa temporal a respeito do término e consequente pagamento dos valores cobrados das ações judiciais, haja vista que o tempo de tramitação de cada processo é variável, podendo durar vários anos ou ser resolvido em curto prazo. Essa dificuldade ocorre pois o ato de efetivamente proferir uma decisão judicial cabe a cada magistrado e também por que não se pode prever com segurança se a parte contrária interporá ou não recursos judiciais.

Ademais, cumpre esclarecer que nem sempre é possível estimar com clareza o montante real envolvido, uma vez ser comum que as partes que litigam contra a Fazenda Pública subestimem os valores informados nas causas visando reduzir as despesas processuais ou mesmo os superestimem visando amealhar maiores condenações (especialmente nos casos de isenção de despesas processuais), acarretando um alto índice de imprecisão de valores. Nas ações consideradas, as fontes para informação a respeito dos montantes são os valores pedidos pelas partes, as estimativas dos órgãos público federais envolvidos nas causas ou grupos de causas semelhantes e ainda as estimativas do Departamento de Cálculos e Perícias – DCP desta PGU.

Releva destacar que a tabela anexa não implica qualquer reconhecimento pela União quanto à efetiva sucumbência ou mesmo acerca das teses em debate, mas apenas eventual risco que tais demandas possam, em face de seu elevado valor, oferecer ao orçamento federal. Também por este motivo não são indicadas as causas específicas objeto da

solicitação, devendo o presente processo ser mantido com acesso restrito para que se evite sua utilização como argumento de persuasão contrário à defesa da União em juízo, especialmente considerando que as causas listadas são geralmente patrocinadas por algumas das bancas de advocacia mais qualificadas do país.

Feitas essas considerações, apontamos abaixo os valores de possíveis impactos fiscais de ações judiciais administradas pela Procuradoria Geral da União, agregadas por tipo de probabilidade de perda, sistematizados conforme o anexo e segundo os critérios fixados na Portaria AGU Nº 40, de 10 de fevereiro de 2015:

Risco Fiscal de Ações Judiciais	Probabilidade Provável (R\$)	Probabilidade Possível (R\$)	Total (R\$)
PGU	75.910.000.000,00	1.486.000.000,00	77.396.000.000,00

A presente atualização do Relatório de Riscos Fiscais representa um acréscimo aproximado de **R\$ 33,296 bi** em relação ao Relatório de Riscos Fiscais encaminhado em março/2017, sendo relevante registrar as seguintes alterações, grifadas em vermelho no anexo:

- item 3 - Professores e técnicos em educação de Rondônia - item com valor excluído do cálculo dos riscos fiscais no presente relatório uma vez que o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região determinou a expedição do respectivo precatório no valor de R\$ 679.789.840,74, abaixo portanto de R\$ 1 bilhão fixado pela Portaria AGU nº 40/2015, resultando em um decréscimo de R\$ 2,500 bi em relação ao relatório apresentado em março/2017;
- item 4 - Plano Bresser - atualização do valor do impacto estimado de R\$ 1,500 bi (março/2017) para os atuais R\$ 1,486 bi, conforme informado pela Eletrobrás em julho/2017, sinalizando um decréscimo de 0,014 bi em relação ao relatório apresentado em março/2017;
- item 5 - Desvio de função dos antigos TTN (SERPRO) - item incluído no presente relatório uma vez que o seu risco evoluiu de remoto para provável, conforme classificação definida pela Portaria AGU nº 40/2015, resultando em um acréscimo de R\$ 1,873 bi em relação ao relatório apresentado em março/2017;
- item 16 - Diferenças salariais diversas - atualização, pelo Departamento de Cálculos e Perícias desta PGU, do valor do impacto estimado de R\$ 6,740 bi (março/2017) para os atuais R\$ 10,915 bi, perfazendo um acréscimo de R\$ 4,175 bi em relação à estimativa anterior;
- item 17 - FUNDEF - atualização, pelo Departamento de Cálculos e Perícias desta PGU, do valor do impacto estimado de R\$ 5,897 bi (março/2017) para os atuais R\$ 27,008 bi, perfazendo um acréscimo de R\$ 21,111 bi em relação à estimativa anterior;
- item 18 - 28,86% servidores civis - atualização, pelo Departamento de Cálculos e Perícias desta PGU, do valor do impacto estimado de R\$ 1,194 bi (março/2017) para os atuais R\$ 4,288 bi, perfazendo um acréscimo de R\$ 3,094 bi em relação à estimativa anterior;
- item 21 - Gratificação de desempenho - atualização, pelo Departamento de Cálculos e Perícias desta PGU, do valor do impacto estimado de R\$ 1,671 bi (março/2017) para os atuais R\$ 2,228 bi, perfazendo um acréscimo de R\$ 0,557 bi em relação à estimativa anterior;
- item 24 - Indenização do setor sucroalcooleiro - item incluído no presente relatório em razão da decisão proferida pela 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos dos Embargos à Execução nº 0018014-23.1998.4.01.3400, que determinou a expedição de precatório no valor de R\$ 5 bilhões em benefício da COPERSUCAR - COOP PROD CANA AÇÚCAR E ÁLCOOL SP LTDA, representando um acréscimo de igual valor em relação à estimativa de março/2017.

Merece registro ainda que, embora não se amolde aos parâmetros definidos pela Portaria AGU nº 40/2015 para inclusão no Anexo de Riscos Fiscais e, por essa razão, não conste no documento em anexo, encontra-se em análise por esta Procuradoria-Geral da União proposta de acordo judicial relativa a dívidas da União, na condição de sucessora da extinta Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, com a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER. Dados

da Secretaria do Tesouro Nacional demonstram que, pelos parâmetros originais, em 30/04/2017, o débito da União somava a importância de **R\$ 4.361.000.000,00 (quatro bilhões e trezentos e sessenta e um milhões de reais)**. No entanto, com as condições pactuadas para fins do ajuste e encerramento do processo judicial, o valor pago com emissão de títulos da dívida pública seria reduzido para **R\$ 3.247.300.000,00 (três bilhões, duzentos e quarenta e sete milhões e trezentos mil reais)**, gerando uma economia de **R\$ 1.113.700.000,00 (um bilhão, cento e treze milhões e setecentos mil reais)** aos cofres públicos, o que representaria um deságio de 25,50% (vinte e cinco e meio por cento). Assim, conquanto o referido acordo não conste no documento em anexo, **esta Procuradoria-Geral da União entende ser importante dar ciência à Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em razão de seu valor expressivo.**

Registro, finalmente, que as fontes das informações da tabela acima encontram-se em poder desta Procuradoria Geral da União.

À consideração superior.

Brasília, 30 de agosto de 2017.

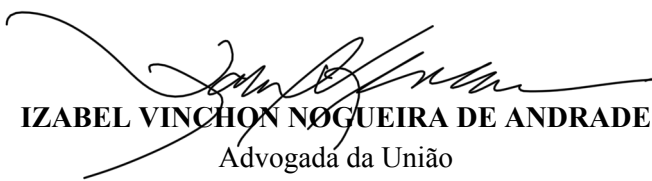
(assinado eletronicamente)
ANTONIO MANOEL CRUZ JUNIOR
Coordenador de Informações Estratégicas Substituto
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica
Procuradoria-Geral da União

Aprovo. Submeta-se à apreciação da Senhora Procuradora-Geral da União.

(assinado eletronicamente)
Francisco ALEXANDRE COLARES Melo Carlos
Advogado da União
Coordenador-Geral de Informações Estratégicas
Procuradoria-Geral da União

Manifesto-me de acordo com a **NOTA n. 03414/2017/PGU/AGU**, bem como com o RELATÓRIO DE RISCOS FISCAIS 2016/2017 - AGOSTO 2017, em anexo.

Encaminhe-se cópia da Nota em epígrafe e do seu anexo à Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em atenção ao Ofício nº 59475/2017-MP.



IZABEL VINCHON NOGUEIRA DE ANDRADE
Advogada da União
Procuradora-Geral da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00405017628201748 e da chave de acesso e33459f3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO 2017	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMISSAO 23/01/2018	PAGINA 11
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTAS EXPLICATIVAS

02.006 - Honorários Advocatícios - Nota 02.6 *ç* Honorários Advocatícios

Em janeiro de 2017, foi implementado o disposto na Lei nº 13.327 de 29 de julho de 2016, a qual, em seu Capítulo XV *ç* Das Carreiras Jurídicas, notadamente, nos arts. 27 e 29, determinou que os honorários advocatícios de sucumbência, das causas em que forem parte a União, Autarquias e Fundações Públicas Federais, pertencem originalmente aos ocupantes dos seguintes cargos:

I - de Advogado da União;

II - de Procurador da Fazenda Nacional;

III - de Procurador Federal;

IV - de Procurador do Banco Central do Brasil;

V - dos quadros suplementares em extinção previstos no art. 46 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.

Em conformidade com o teor do art. 33 da citada Lei, foi criado o Conselho Curador dos Honorários Advocatícios (CCHA), vinculado à Advocacia-Geral da União (AGU), com o objetivo de disciplinar a aplicação das disposições contidas no referido Capítulo XV *ç* Das Carreiras Jurídicas, com as seguintes competências (art. 34):

I - editar normas para operacionalizar o crédito e a distribuição dos valores de que trata o art. 30;

II - fiscalizar a correta destinação dos honorários advocatícios, conforme o disposto neste Capítulo;

III - adotar as providências necessárias para que os honorários advocatícios discriminados no art. 30 sejam creditados pontualmente;

IV - requisitar dos órgãos e das entidades públicas federais responsáveis as informações cadastrais, contábeis e financeiras necessárias à apuração, ao crédito dos valores referidos no art. 29 *e* à identificação das pessoas beneficiárias dos honorários;

V - contratar instituição financeira oficial para gerir, processar e distribuir os recursos a que se refere este Capítulo;

VI - editar seu regimento interno.

Registre-se que por força dos §§ 5º e 6º do art. 34 e art. 35 da Lei nº 13.327/2016, o CCHA contará com o apoio dos órgãos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas, inclusive o apoio administrativo que ficou a cargo desta AGU, com vistas ao recolhimento e o crédito dos valores discriminados no art. 30, a seguir transcrito. Para tanto foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2016, entre o Ministério da Fazenda e a AGU:

ç Art. 30. Os honorários advocatícios de sucumbência incluem:

I - o total do produto dos honorários de sucumbência recebidos nas ações judiciais em que forem parte a União, as autarquias e as fundações públicas federais;

II - até 75% (setenta e cinco por cento) do produto do encargo legal acrescido aos débitos inscritos na dívida ativa da União, previsto no art. 1º do Decreto-Lei no 1.025, de 21 de outubro de 1969;

III - o total do produto do encargo legal acrescido aos créditos das autarquias e das fundações públicas federais inscritos na dívida ativa da União, nos termos do § 1º do art. 37-A da Lei no 10.522, de 19 de julho de 2002.*ç*

De acordo com o pactuado no Acordo de Cooperação Técnica MF/AGU, CLÁUSULA SEGUNDA - DA SISTEMÁTICA DE CONSOLIDAÇÃO E APURAÇÃO MENSAL a sistemática de consolidação e apuração mensal dos honorários advocatícios que serão vertidos à conta de rateio do Conselho Curador de Honorários Advocatícios - CCHA, em instituição financeira oficial por ele contratada, observará:

I - os valores arrecadados por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU no mês de referência serão creditados até o décimo quinto dia útil do mês subsequente, por intermédio de transação a ser realizada por conta específica da Unidade Gestora da AGU (UG setorial);

II - os valores arrecadados no mês de referência, por meio de Documento de Arrecadação da Receita Federal - DARF, Documento para Depósito Judicial e Extrajudicial - DJE e Guia da Previdência Social - GPS serão creditados até o décimo quinto dia útil do mês subsequente, por intermédio de transação a ser realizada nas subcontas específicas do FUNDAF.

Nesse sentido, em consonância com a CLÁUSULA TERCEIRA *ç* DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES, do referido acordo de cooperação, compete a Advocacia-Geral da União, por intermédio da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil da Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade da Secretaria-Geral de Administração (CGOF/DPOF/SGA), a adoção de providências visando a *ç*[...] proceder ao repasse, à instituição financeira contratada pelo CCHA, dos valores relativos aos honorários advocatícios de sucumbência, nos moldes do inciso I da cláusula segunda, bem como daqueles a que se refere a alínea *ç*b*ç* do inciso I da cláusula terceira*ç*.

Para tanto, a Coordenação de Análise Contábil (CONTA/CGOF/DPOF/SGA), por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), acompanha a movimentação do saldo mensal da Conta Contábil 21.881.04.09 *ç* DEPÓSITO DE TERCEIROS, da Unidade Gestora 110060- Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil, no Conta Corrente tipo: Fonte 0190110060, com vistas a identificar os recolhimentos a títulos de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, decorrentes da atuação da Procuradoria-Geral da União (PGU) e da Procuradoria-Geral Federal (PGF), bem como nos Contas Correntes tipo: Fonte 0190110061 e 0190110062, referentes à arrecadação de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS e ENCARGOS LEGAIS, provenientes da atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Com isso, a título de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS e ENCARGOS LEGAIS, foi apurado em 2017 o montante de R\$ 1.749.063.676,58 (um bilhão, setecentos e quarenta e nove milhões, sessenta e três mil, seiscentos e setenta e seis reais e cinquenta e oito centavos), conforme detalhado na tabela abaixo:

Tabela 01.1 *ç* Total Honorários Advocatícios e Encargos Legais - Composição

Descrição	Valores CCHA	Valores União	Total	AV%
Arrec. AGU - 13903	6.759.762,83	-	6.759.762,83	0,39%
Arrec. AGU - 13904	1.105.568,11	-	1.105.568,11	0,06%
Arrec. AGU - 13905	11.292.869,58	-	11.292.869,58	0,65%
Arrec. AGU - Cta Corrente 0190110060	-	80.143.870,80	80.143.870,80	4,58%
Arrec. PGFN - Cta Corrente 0190110061	-	97.143.572,98	97.143.572,98	5,55%
Arrec. PGFN - Cta Corrente 0190110062	-	776.309.016,12	776.309.016,12	88,77%
Total Geral	972.754.660,42	776.309.016,16	1.749.063.676,58	100,00%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Registre-se que o montante de R\$ 1.749.063.676,58, impactaram as seguintes Demonstrações Contábeis desta Advocacia-Geral da União:

ç Balanço Patrimonial *ç* Ativo - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, e, Passivo - Demais Obrigações a Curto Prazo.

ç Balanço Financeiro *ç* Recebimentos Extra Orçamentários - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados;

ç Fluxo de Caixa *ç* Outros Ingressos das Operações *ç* Ingressos Extra Orçamentários;

Ressalta-se que do total apurado para 2017, R\$ 1.749.063.676,58, foi repassado até dezembro de 2017, um montante de R\$ 697.587.000,68 a União Federal, e a quantia de R\$ 877.165.919,72 ao Conselho Curador dos Honorários Advocatícios *ç* CCHA, totalizando a quantia de R\$



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO 2017	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMISSAO 23/01/2018	PAGINA 12
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTAS EXPLICATIVAS

1.574.752.920,40.

O valor apurado para o mês de dezembro de 2017, R\$ 174.341.756,18, impactou o exercício de 2018, pois foi encaminhado em janeiro de 2018, a quantia de R\$ 95.588.740,70 ao Conselho Curador dos Honorários Advocatícios e CCHA, e o montante de R\$ 78.722.015,48 a União Federal, conforme discriminado nas tabelas a seguir.

Tabela 02.1 e Ordens Bancárias enviadas ao CCHA

Ano OB	Número OB	Data	Valor	AV%
2017	800015	09/02/2017	1.755.019,54	0,18%
2017	800020	15/02/2017	12.157.173,71	1,25%
2017	800021	15/02/2017	30.098.607,27	3,09%
2017	800029	10/03/2017	5.120.274,12	0,53%
2017	800030	10/03/2017	4.307.309,44	0,44%
2017	800031	10/03/2017	33.697.979,16	3,46%
2017	800034	13/03/2017	2.823.542,44	0,29%
2017	800051	11/04/2017	4.631.881,65	0,48%
2017	800052	11/04/2017	8.949.639,32	0,92%
2017	800053	11/04/2017	33.902.769,82	3,49%
2017	800054	13/04/2017	3.517.966,62	0,36%
2017	800058	12/05/2017	3.415.382,32	0,35%
2017	800059	12/05/2017	2.337.067,39	0,24%
2017	800060	12/05/2017	6.852.172,91	0,70%
2017	800061	12/05/2017	29.012.829,02	2,98%
2017	800067	12/06/2017	5.753.116,28	0,59%
2017	800068	12/06/2017	8.086.810,11	0,83%
2017	800069	12/06/2017	34.896.508,04	3,59%
2017	800070	16/06/2017	2.543.176,03	0,26%
2017	800079	13/07/2017	11.248.746,80	1,16%
2017	800080	13/07/2017	6.675.483,18	0,69%
2017	800081	13/07/2017	876.787,57	0,09%
2017	800082	13/07/2017	30.622.449,24	3,15%
2017	800097	14/08/2017	549.205,86	0,06%
2017	800098	14/08/2017	5.925.005,42	0,61%
2017	800099	14/08/2017	7.172.620,69	0,74%
2017	800100	14/08/2017	28.574.922,54	2,94%
2017	800105	22/08/2017	4.837.229,41	0,50%
2017	800106	22/08/2017	147.878.745,85	15,20%
2017	800108	31/08/2017	1.277.635,74	0,13%
2017	800109	31/08/2017	5.867.775,57	0,60%
2017	800111	11/09/2017	81.845.267,71	8,41%
2017	800112	11/09/2017	7.104.874,60	0,73%
2017	800113	11/09/2017	2.235.251,13	0,23%
2017	800115	12/09/2017	2.062.936,29	0,21%
2017	800123	10/10/2017	6.993.414,57	0,72%
2017	800124	10/10/2017	544.915,28	0,06%
2017	800125	10/10/2017	10.029.364,40	1,03%
2017	800126	10/10/2017	91.539.663,27	9,41%
2017	800171	13/11/2017	14.316.885,63	1,47%
2017	800172	13/11/2017	576.801,17	0,06%
2017	800173	13/11/2017	6.935.015,22	0,71%
2017	800174	13/11/2017	81.243.530,75	8,35%
2017	800187	11/12/2017	11.442.614,09	1,18%
2017	800188	11/12/2017	526.374,39	0,05%
2017	800189	11/12/2017	5.997.225,76	0,62%
2017	800190	11/12/2017	68.405.952,40	7,03%
Total enviado 2017		877.165.919,72		90,17%
2018	800001	10/01/2018	9.536.536,26	0,98%
2018	800002	10/01/2018	272.810,62	0,03%
2018	800003	10/01/2018	7.057.378,34	0,73%
2018	800004	10/01/2018	78.722.015,48	8,09%
Total enviado 2018		95.588.740,70		9,83%
Total enviado CCHA (Exercício 2017)		972.754.660,42		100,00%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2017	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMISSAO 23/01/2018	PAGINA 13
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

NOTAS EXPLICATIVAS

ℳ

Tabela 03.1 ℳ Guias de Recolhimento da União ℳ GRU, enviados a União

Ano GRU	Número GRU	Data	Valor	AV%
2017	800039	24/04/2017	97.699.356,25	12,59%
2017	800064	12/05/2017	29.012.829,01	3,74%
2017	800100	12/06/2017	34.896.508,04	4,50%
2017	800113	13/07/2017	30.622.449,24	3,94%
2017	800119	14/08/2017	28.574.922,55	3,68%
2017	800120	22/08/2017	147.878.745,86	19,05%
2017	800121	31/08/2017	5.867.775,58	0,76%
2017	800127	11/09/2017	81.845.267,72	10,54%
2017	800187	10/10/2017	91.539.663,27	11,79%
2017	800223	13/11/2017	81.243.530,76	10,47%
2017	800255	11/12/2017	68.405.952,40	8,81%
Total enviado 2017		697.587.000,68		89,86%
2018	800001	10/01/2018	78.722.015,48	10,14%
Total enviado 2018		78.722.015,48		10,14%
Total enviado União (exercício 2017)		776.309.016,16		100,00%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Nota Explicativa – 4º Trimestre de 2017

Nota 02.6 – Honorários Advocatícios

Em janeiro de 2017, foi implementado o disposto na Lei nº 13.327 de 29 de julho de 2016, a qual, em seu Capítulo XV – Das Carreiras Jurídicas, notadamente, nos arts. 27 e 29, determinou que os honorários advocatícios de sucumbência, das causas em que forem parte a União, Autarquias e Fundações Públicas Federais, pertencem originalmente aos ocupantes dos seguintes cargos:

- I - de Advogado da União;*
- II - de Procurador da Fazenda Nacional;*
- III - de Procurador Federal;*
- IV - de Procurador do Banco Central do Brasil;*
- V - dos quadros suplementares em extinção previstos no art. 46 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.*

Em conformidade com o teor do art. 33 da citada Lei, foi criado o Conselho Curador dos Honorários Advocatícios (CCHA), vinculado à Advocacia-Geral da União (AGU), com o objetivo de disciplinar a aplicação das disposições contidas no referido Capítulo XV – Das Carreiras Jurídicas, com as seguintes competências (art. 34):

- I - editar normas para operacionalizar o crédito e a distribuição dos valores de que trata o art. 30;*
- II - fiscalizar a correta destinação dos honorários advocatícios, conforme o disposto neste Capítulo;*
- III - adotar as providências necessárias para que os honorários advocatícios discriminados no art. 30 sejam creditados pontualmente;*
- IV - requisitar dos órgãos e das entidades públicas federais responsáveis as informações cadastrais, contábeis e financeiras necessárias à apuração, ao crédito dos valores referidos no art. 29 e à identificação das pessoas beneficiárias dos honorários;*
- V - contratar instituição financeira oficial para gerir, processar e distribuir os recursos a que se refere este Capítulo;*
- VI - editar seu regimento interno.*

Registre-se que por força dos §§ 5º e 6º do art. 34 e art. 35 da Lei nº 13.327/2016, o CCHA contará com o apoio dos órgãos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas, inclusive o apoio administrativo que ficou a cargo desta AGU, com vistas ao recolhimento e o crédito dos valores discriminados no art. 30, a seguir transcrito. Para tanto foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2016, entre o Ministério da Fazenda e a AGU:

“Art. 30. Os honorários advocatícios de sucumbência incluem:

- I - o total do produto dos honorários de sucumbência recebidos nas ações judiciais em que forem parte a União, as autarquias e as fundações públicas federais;*

Nota Explicativa – 4º Trimestre de 2017

II - até 75% (setenta e cinco por cento) do produto do encargo legal acrescido aos débitos inscritos na dívida ativa da União, previsto no art. 1º do Decreto-Lei no 1.025, de 21 de outubro de 1969;

III - o total do produto do encargo legal acrescido aos créditos das autarquias e das fundações públicas federais inscritos na dívida ativa da União, nos termos do § 1º do art. 37-A da Lei no 10.522, de 19 de julho de 2002.”

De acordo com o pactuado no Acordo de Cooperação Técnica MF/AGU, CLÁUSULA SEGUNDA - DA SISTEMÁTICA DE CONSOLIDAÇÃO E APURAÇÃO MENSAL a sistemática de consolidação e apuração mensal dos honorários advocatícios que serão vertidos à conta de rateio do Conselho Curador de Honorários Advocatícios - CCHA, em instituição financeira oficial por ele contratada, observará:

I - os valores arrecadados por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU no mês de referência serão creditados até o décimo quinto dia útil do mês subsequente, por intermédio de transação a ser realizada por conta específica da Unidade Gestora da AGU (UG setorial);

II - os valores arrecadados no mês de referência, por meio de Documento de Arrecadação da Receita Federal - DARF, Documento para Depósito Judicial e Extrajudicial - DJE e Guia da Previdência Social - GPS serão creditados até o décimo quinto dia útil do mês subsequente, por intermédio de transação a ser realizada nas subcontas específicas do FUNDAF.

Nesse sentido, em consonância com a CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES, do referido acordo de cooperação, compete a Advocacia-Geral da União, por intermédio da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil da Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade da Secretaria-Geral de Administração (CGOF/DPOF/SGA), a adoção de providências visando a “[...] proceder ao repasse, à instituição financeira contratada pelo CCHA, dos valores relativos aos honorários advocatícios de sucumbência, nos moldes do inciso I da cláusula segunda, bem como daqueles a que se refere a alínea “b” do inciso I da cláusula terceira”.

Para tanto, a Coordenação de Análise Contábil (CONTA/CGOF/DPOF/SGA), por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), acompanha a movimentação do saldo mensal da Conta Contábil 21.881.04.09 – DEPÓSITO DE TERCEIROS, da Unidade Gestora 110060- Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil, no Conta Corrente tipo: Fonte 0190110060, com vistas a identificar os recolhimentos a títulos de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, decorrentes da atuação da Procuradoria-Geral da União (PGU) e da Procuradoria-Geral Federal (PGF), bem como nos Contas Correntes tipo: Fonte 0190110061 e 0190110062, referentes à arrecadação de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS e ENCARGOS LEGAIS, provenientes da atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Com isso, a título de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS e ENCARGOS LEGAIS, foi apurado em 2017 o montante de **R\$ 1.749.063.676,58** (um bilhão, setecentos e quarenta e nove milhões, sessenta e três mil, seiscentos e setenta e seis reais e cinquenta e oito centavos), conforme detalhado na tabela abaixo:

Nota Explicativa – 4º Trimestre de 2017

Tabela 01.1 – Total Honorários Advocatícios e Encargos Legais - Composição

Descrição	Valores CCHA	Valores União	Total	AV%
Arrec. AGU - 13903	6.759.762,83	-	6.759.762,83	0,39%
Arrec. AGU - 13904	1.105.568,11	-	1.105.568,11	0,06%
Arrec. AGU - 13905	11.292.869,58	-	11.292.869,58	0,65%
Arrec. AGU - Cta Corrente 0190110060	80.143.870,80	-	80.143.870,80	4,58%
Arrec. PGFN - Cta Corrente 0190110061	97.143.572,98	-	97.143.572,98	5,55%
Arrec. PGFN - Cta Corrente 0190110062	776.309.016,12	776.309.016,16	1.552.618.032,28	88,77%
Total Geral	972.754.660,42	776.309.016,16	1.749.063.676,58	100,00%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Registre-se que o montante de **R\$ 1.749.063.676,58**, impactaram as seguintes Demonstrações Contábeis desta Advocacia-Geral da União:

- **Balanco Patrimonial** – Ativo - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, e, Passivo - Demais Obrigações a Curto Prazo.
- **Balanco Financeiro** – Recebimentos Extra Orçamentários - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados;
- **Fluxo de Caixa** – Outros Ingressos das Operações – Ingressos Extra Orçamentários;

Ressalta-se que do total apurado para 2017, **R\$ 1.749.063.676,58**, foi repassado até dezembro de 2017, um montante de **R\$ 697.587.000,68** a União Federal, e a quantia de **R\$ 877.165.919,72** ao Conselho Curador dos Honorários Advocatícios – CCHA, totalizando a quantia de **R\$ 1.574.752.920,40**.

O valor apurado para o mês de dezembro de 2017, **R\$ 174.341.756,18**, impactou o exercício de 2018, pois foi encaminhado em janeiro de 2018, a quantia de **R\$ 95.588.740,70** ao Conselho Curador dos Honorários Advocatícios – CCHA, e o montante de **R\$ 78.722.015,48** a União Federal, conforme discriminado nas tabelas a seguir.

Tabela 02.1 – Ordens Bancárias enviadas ao CCHA

Ano OB	Número OB	Data	Valor	AV%
2017	800015	09/02/2017	1.755.019,54	0,18%
2017	800020	15/02/2017	12.157.173,71	1,25%
2017	800021	15/02/2017	30.098.607,27	3,09%
2017	800029	10/03/2017	5.120.274,12	0,53%
2017	800030	10/03/2017	4.307.309,44	0,44%
2017	800031	10/03/2017	33.697.979,16	3,46%
2017	800034	13/03/2017	2.823.542,44	0,29%
2017	800051	11/04/2017	4.631.881,65	0,48%
2017	800052	11/04/2017	8.949.639,32	0,92%
2017	800053	11/04/2017	33.902.769,82	3,49%
2017	800054	13/04/2017	3.517.966,62	0,36%
2017	800058	12/05/2017	3.415.382,32	0,35%
2017	800059	12/05/2017	2.337.067,39	0,24%
2017	800060	12/05/2017	6.852.172,91	0,70%
2017	800061	12/05/2017	29.012.829,02	2,98%
2017	800067	12/06/2017	5.753.116,28	0,59%

Nota Explicativa – 4º Trimestre de 2017

2017	800068	12/06/2017	8.086.810,11	0,83%
2017	800069	12/06/2017	34.896.508,04	3,59%
2017	800070	16/06/2017	2.543.176,03	0,26%
2017	800079	13/07/2017	11.248.746,80	1,16%
2017	800080	13/07/2017	6.675.483,18	0,69%
2017	800081	13/07/2017	876.787,57	0,09%
2017	800082	13/07/2017	30.622.449,24	3,15%
2017	800097	14/08/2017	549.205,86	0,06%
2017	800098	14/08/2017	5.925.005,42	0,61%
2017	800099	14/08/2017	7.172.620,69	0,74%
2017	800100	14/08/2017	28.574.922,54	2,94%
2017	800105	22/08/2017	4.837.229,41	0,50%
2017	800106	22/08/2017	147.878.745,85	15,20%
2017	800108	31/08/2017	1.277.635,74	0,13%
2017	800109	31/08/2017	5.867.775,57	0,60%
2017	800111	11/09/2017	81.845.267,71	8,41%
2017	800112	11/09/2017	7.104.874,60	0,73%
2017	800113	11/09/2017	2.235.251,13	0,23%
2017	800115	12/09/2017	2.062.936,29	0,21%
2017	800123	10/10/2017	6.993.414,57	0,72%
2017	800124	10/10/2017	544.915,28	0,06%
2017	800125	10/10/2017	10.029.364,40	1,03%
2017	800126	10/10/2017	91.539.663,27	9,41%
2017	800171	13/11/2017	14.316.885,63	1,47%
2017	800172	13/11/2017	576.801,17	0,06%
2017	800173	13/11/2017	6.935.015,22	0,71%
2017	800174	13/11/2017	81.243.530,75	8,35%
2017	800187	11/12/2017	11.442.614,09	1,18%
2017	800188	11/12/2017	526.374,39	0,05%
2017	800189	11/12/2017	5.997.225,76	0,62%
2017	800190	11/12/2017	68.405.952,40	7,03%
Total enviado 2017			877.165.919,72	90,17%
2018	800001	10/01/2018	9.536.536,26	0,98%
2018	800002	10/01/2018	272.810,62	0,03%
2018	800003	10/01/2018	7.057.378,34	0,73%
2018	800004	10/01/2018	78.722.015,48	8,09%
Total enviado 2018			95.588.740,70	9,83%
Total enviado CCHA (Exercício 2017)			972.754.660,42	100,00%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Nota Explicativa – 4º Trimestre de 2017

Tabela 03.1 – Guias de Recolhimento da União – GRU, enviados a União

Ano GRU	Número GRU	Data	Valor	AV%
2017	800039	24/04/2017	97.699.356,25	12,59%
2017	800064	12/05/2017	29.012.829,01	3,74%
2017	800100	12/06/2017	34.896.508,04	4,50%
2017	800113	13/07/2017	30.622.449,24	3,94%
2017	800119	14/08/2017	28.574.922,55	3,68%
2017	800120	22/08/2017	147.878.745,86	19,05%
2017	800121	31/08/2017	5.867.775,58	0,76%
2017	800127	11/09/2017	81.845.267,72	10,54%
2017	800187	10/10/2017	91.539.663,27	11,79%
2017	800223	13/11/2017	81.243.530,76	10,47%
2017	800255	11/12/2017	68.405.952,40	8,81%
Total enviado 2017			697.587.000,68	89,86%
2018	800001	10/01/2018	78.722.015,48	10,14%
Total enviado 2018			78.722.015,48	10,14%
Total enviado União (exercício 2017)			776.309.016,16	100,00%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.